

### **Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, devidamente convocada por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Município, bem como mediante protocolo formal do referido Edital encaminhado individualmente a cada conselheiro. Os trabalhos foram presididos pela Sra. Patrícia Bernardes Vilela, Presidente do Conselho e representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. Registrou-se a presença dos conselheiros Srta. Natyele Aparecida da Silva, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação; Sr. Rubens Alves Lino, representante da Secretaria Municipal de Educação; Sra. Lilian Fernanda Rodrigues, representante da Secretaria Municipal de Finanças; Sra. Juliana da Silva, representante dos Usuários da Política Municipal de Assistência Social; Sra. Marina Scatolino Brito, representante da APAE; e Sra. Gabriela Regina de Souza Spineli Monteiro, representante de Entidades ou Associações Comunitárias. Registrou-se, ainda, a presença da Sra. Vera Lúcia Ribeiro Galvão, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, e do Sr. Paulo Ricardo Corrêa, Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Social e Secretário Executivo do CMAS. Dando início à pauta, procedeu-se à apresentação do planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação – SEMDESH para o exercício de dois mil e vinte e seis, sendo expostas as dotações destinadas à manutenção da estrutura administrativa, à execução dos serviços socioassistenciais, à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, ao funcionamento do Conselho Tutelar, ao fortalecimento do controle social e às ações do Fundo Municipal de Habitação. Informou-se que o orçamento global da área totaliza R\$ 2.713.546,02 (dois milhões, setecentos e treze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dois centavos), dos quais R\$ 2.418.546,82 provenientes de recursos próprios municipais, R\$ 230.000,00 oriundos de transferências federais do Fundo Nacional de Assistência Social e R\$ 65.000,00 provenientes de transferências estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social. No âmbito da estrutura orçamentária, destacou-se a previsão de R\$ 371.853,73 destinados ao funcionamento do Conselho Tutelar, contemplando despesas com pessoal, encargos e manutenção administrativa. Quanto ao Fundo Municipal de Assistência Social, registrou-se previsão total de R\$ 2.259.611,05 destinados à execução das ações socioassistenciais, incluindo a gestão administrativa do Fundo com dotação de R\$ 572.097,48, a manutenção da Casa Lar no valor de R\$ 64.320,00, destinada ao custeio da permanência de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em instituições de acolhimento situadas fora do território municipal, atualmente no Município de Três Pontas, garantindo a proteção integral e a continuidade do

atendimento conforme a normativa nacional de acolhimento institucional, bem como a gestão descentralizada do SUAS, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e a execução dos serviços continuados. Para a concessão de Benefícios Eventuais, verificou-se previsão orçamentária total de R\$ 141.500,00, sendo R\$ 121.500,00 provenientes de recursos próprios municipais e R\$ 20.000,00 oriundos de cofinanciamento estadual, destinados à concessão de auxílios financeiros diretos e ao fornecimento de bens e serviços às famílias em situação de vulnerabilidade social, em conformidade com a legislação do SUAS. No tocante ao fortalecimento do controle social, destinado ao funcionamento e apoio às atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, constatou-se a previsão de R\$ 8.900,00, dos quais R\$ 6.900,00 provenientes de recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social e R\$ 2.000,00 constituem recursos próprios municipais, destinados ao custeio de materiais e serviços necessários ao funcionamento do colegiado. No âmbito da Proteção Social Básica, registrou-se a previsão global aproximada de R\$ 738.017,72, considerando recursos próprios, federais e estaduais, destinados à manutenção das equipes, funcionamento das unidades e execução dos serviços ofertados. Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, observou-se a previsão de R\$ 668.287,85 em recursos próprios municipais, incluindo subvenção social no valor de R\$ 400.000,00 destinada à formalização de parceria institucional com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando fortalecer e assegurar a continuidade dos serviços socioassistenciais ofertados pela instituição. Registrou-se, ainda, a previsão de R\$ 82.081,24 destinados ao Fundo Municipal de Habitação para manutenção das ações administrativas e operacionais da política habitacional. Ressaltou-se que a maior parte dos recursos previstos destina-se ao custeio da manutenção dos serviços socioassistenciais e das equipes técnicas, com predominância de despesas com pessoal e encargos sociais, característica inerente à execução da política pública de assistência social, sendo destacado, por fim, que a proposta orçamentária encontra-se estruturada de forma compatível com as normativas do Sistema Único de Assistência Social, assegurando a manutenção dos serviços continuados, das instâncias de gestão e do controle social. Após a apresentação técnica e os esclarecimentos prestados, o planejamento orçamentário foi submetido à apreciação do plenário, sendo aprovado por unanimidade, sem manifestações contrárias, para fins de ciência e acompanhamento pelo Conselho. Na sequência, foi apresentado o Relatório Final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em nove de julho de dois mil e vinte e cinco, registrando-se a participação de representantes governamentais, da sociedade civil, trabalhadores do SUAS, entidades socioassistenciais e usuários, assegurando espaço democrático de debate, deliberação e avaliação das ações da assistência social no município. Informou-se que, quanto ao perfil dos participantes, registraram-

se seis pessoas autodeclaradas negras, oito pessoas com deficiência, oito pessoas LGBTQIAPN+, vinte e seis pessoas idosas com idade superior a sessenta anos, três adolescentes entre doze e dezessete anos e nove jovens entre dezoito e vinte e nove anos, não havendo registro de migrantes, refugiados, apátridas ou pessoas atingidas por barragens; quanto aos grupos populacionais tradicionais e específicos, identificou-se a participação de uma pessoa indígena, quatro agricultores familiares e um catador de materiais recicláveis. Registrou-se que, no processo de eleição para as etapas subsequentes, foram escolhidos seis delegados por ampla concorrência, sendo um representante de usuários, um trabalhador do SUAS, um representante de entidades e três representantes governamentais, além de dois delegados na condição de cotistas, sendo um representante de entidade e um representante governamental. Informou-se, ainda, que participaram diretamente da organização cinco conselheiros e/ou profissionais vinculados ao Conselho e cinco profissionais do órgão gestor, não havendo contratação de prestadores externos, tendo sido realizado um encontro preparatório com participação de vinte e sete pessoas. A avaliação da organização demonstrou elevado índice de satisfação dos participantes quanto ao local, infraestrutura, acessibilidade, programação e participação, bem como significativa ampliação de conhecimentos acerca do tema da conferência e do Plano Decenal da Assistência Social, concluindo-se que a Conferência cumpriu seus objetivos de fortalecer o controle social e contribuir para o aprimoramento da política municipal. O relatório foi devidamente apresentado e acolhido pelo plenário, sem manifestações contrárias. Por fim, no tocante ao último ponto de pauta previamente constante do Edital, referente à regulamentação dos parâmetros municipais para inscrição de entidades e de suas ofertas socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Santana da Vargem, o Secretário Executivo informou que o tema demanda estudos técnicos complementares para melhor definição de sua aplicabilidade e organização das resoluções a ele vinculadas, ficando deliberado o prosseguimento das análises para posterior reapresentação ao colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata para os devidos fins.

Paulo Ricardo Corrêa,  
Matyelle Aparecida da Silva, Iera Galvão, Juliana da Silva,  
Rubens Alves Lima, Patrícia Damascos Vilhela, Gabriela Regina  
Saiz Spínelli Montuico, Marina Scatolino Brito